

Do dinheiro ao capital

Eleutério F. S. Prado¹

Introdução

Como se sabe, conta-se em quatro os manuscritos de *O capital – Crítica da Economia Política*. O primeiro deles, conhecido pelo nome de *Grundrisse*, foi produzido pelo autor nos anos de 1857 e 1858; como se sabe, abriga longas exposições preliminares sobre o dinheiro e o capital. O segundo, escrito entre 1861 e 1863, contém um rascunho extenso do que serão as seções II, III e IV do primeiro volume de *O capital*, assim como as *Teorias da mais-valia*; em adição, contém também materiais esparsos que correspondem aos livros segundo e terceiro da obra principal. Como também é sabido, o primeiro manuscrito foi recentemente publicado no Brasil, com base em tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider (Marx, 2011). As *Teorias da mais-valia* já haviam sido vertidas para o português do Brasil por Reginaldo Sant’Anna, tendo sido publicadas na década dos anos 1980 (Marx, 1980; 1983; 1985). A primeira parte do *Manuscrito de 1861-1863 – Cadernos de I a V* – foi também recentemente publicada no Brasil com base em tradução de Leonardo de Deus (Marx, 2010).

O terceiro rascunho é formado pelo *Manuscrito de 1863-1865*, os quais contém o famoso *Capítulo VI (Inédito)* do volume I de *O Capital*. Este capítulo foi traduzido por Eduardo Sucupira Filho, tendo sido publicado em português já no final da década dos anos 1970 (Marx, 1978). Grande parte desse manuscrito, o qual contém rascunhos dos volumes II e III de *O capital*, permanece ainda desconhecida na língua de Machado de Assis. O primeiro livro dessa obra foi publicado na língua original, com base no quarto manuscrito, em 1867. Como se sabe, ela foi completada depois da morte de Marx, por Engels e Kautsky, em 1885 (II volume) e 1894 (III volume). No Brasil, há duas traduções completas de *O capital*: uma primeira, feita na década dos anos 1960, de Reginaldo Sant’Anna (Marx, 1980) e uma segunda, elaborada no começo da década dos anos 1980, de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe (Marx, 1983).

Nessa nota, apresenta-se sinteticamente o conteúdo dos *Cadernos I a V do Manuscrito de 1861-1863*, cuja esmerada tradução ainda não recebeu muita atenção mesmo do público brasileiro que se interessa pela obra econômica de Karl Marx. Segundo Dussel, entre agosto de 1861 e julho de 1863, Marx escreveu vinte e três borradores (1472 páginas manuscritas), os quais foram consultados por Engels e Kautsky com o objetivo de completar a publicação de *O capital*, mas só foram publicados integralmente pela primeira vez entre 1976 e 1982. Essa enorme quantidade de escritos possui um interesse especial para os estudiosos porque se situa numa etapa intermediária da elaboração da obra magna, entre os *Grundrisse* e o primeiro volume.

Dussel, que lhe dedicou todo um livro (Dussel, 1988), ressalta o valor desse segundo manuscrito mencionando que, ao estudá-lo, “tal como no caso dos *Grundrisse*, entra-se no próprio laboratório de Marx e se vê como ele desenvolve os conceitos, constrói as categorias” (Dussel, 2001, p. xxxv). Constata-se, também, que esses textos representam um avanço em relação ao primeiro manuscrito, mas se mostram imaturos quando comparados ao último. Mas não é apenas como documento de transição que

¹ Professor aposentado da USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br.
Página na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>

interessam porque apresentam aspectos originais que não constam da obra em sua forma final.

Como se sabe, em 1859, Marx, num momento de extrema inspiração, compõe o texto *Para a crítica da economia política* em que encontra o fio da meada de sua grande obra. Ao escrevê-lo, decidira que a crítica desse campo histórico, posto já prática e teoricamente no solo europeu, deverá começar pela mercadoria, forma elementar da riqueza capitalista. A partir dela, será possível desvelar a lógica imanente da relação de capital em toda a sua riqueza conceitual e em todas as suas implicações de ordem prática. Nesse escrito, Marx compreende pela primeira vez em categorias adequadas a mercadoria e o dinheiro, expondo as conexões entre as relações sociais e as formas materiais em que elas aparecem; essa exposição, em que as categorias dialéticas de essência e aparência ocupam um papel central, é enfeixada pela noção chave de fetiche que marca de modo indelével a obra como um todo.

Deve-se registrar aqui que o texto de 1859, acima referido, foi traduzido para o português por José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi, tendo sido publicado em 1978. Aí se pode encontrar de uma forma muito explícita, quase ao final do primeiro capítulo, a descoberta mais importante de Marx: “que uma relação social de produção se apresente como um objeto existente fora dos indivíduos; que seus relacionamentos determinados, contraídos no processo de produção de sua vida social, se apresentem como propriedades específicas de uma coisa; essa inversão e mistificação, que não são inventadas mas prosaicamente reais, caracterizam todas as formas sociais do trabalho que põe valor de troca” (Marx, 1978, p. 152).

Os cinco primeiros cadernos do *Manuscrito de 1861-1863* retomam o projeto anunciado em *Para a crítica da economia política*, de 1859; eles tratam, inicialmente, da transformação do dinheiro em capital e do processo de produção do capital; em sequência, eles examinam em detalhes o processo de formação da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa. Nesse percurso expositivo, Marx considera o tema do capital em geral em que foca a relação do capital com o trabalho assalariado, com abstração da concorrência e da atuação dos capitais particulares.

Para desenvolver esta nota vai se seguir aqui a ordem de exposição do original. Assim, fala-se primeiro da seção denominada “o processo de produção do capital” e, em sequência, comentam-se sucintamente as seções “a mais-valia absoluta” e “a mais-valia relativa”. Anota-se de início que o autor da tradução, Leonardo de Deus, preferiu, contra toda uma tradição já consagrada, denominar essas duas últimas categorias de mais-valor absoluto e de mais-valor relativo.

O processo de produção do capital

O texto dessa primeira parte ocupa cerca de cento e sessenta das trezentas e oitenta páginas da tradução aqui considerada. Indica imediatamente aos leitores que fora escrito com a segurança de quem já dominara o material a ser exposto e já se encontrava capaz de apresentá-lo por meio de um discurso seguro e bem articulado. Como um todo, corresponde ao quarto capítulo do primeiro livro de *O capital* (que tem apenas cerca de trinta páginas), mas, comparado com ele, mostra-se ao mesmo tempo como um texto bem mais detalhado e menos denso, característico, portanto, de um momento de construção em que o autor se preocupa não apenas em expor, mas também desenvolve uma investigação conceitual sobre o tema que estuda.

Essa parte, que Marx denomina de “o processo de produção do capital”, apresenta o tema da transformação do dinheiro em capital e se inicia com a pergunta: como o dinheiro se transforma em capital? É preciso notar enfaticamente aqui que, na

ordem da apresentação, assim como o dinheiro está pressuposto na mercadoria e vem a ser a partir dela, o capital está pressuposto no dinheiro, vindo a ser a partir dele. Posta a questão, o autor desenvolve de modo bem minucioso a passagem da forma $M - D - M$, mediante a qual, sem qualquer dúvida, caracteriza a circulação da mercadoria no modo de produção capitalista, para a forma $D - M - D$, que é então denominada de forma geral do capital. Enquanto no primeiro circuito, o começo e o fim diferem apenas qualitativamente já que ambos representam o mesmo valor mas diferentes mercadorias, no segundo, eles têm de diferir quantitativamente. Para que esse circuito não seja absurdo, eis que o D final deve representar mais valor do que o D inicial. A diferença entre eles, emergente no circuito como um todo, recebe como se sabe o nome de mais-valia.

A lógica objetiva desse circuito preside a autonomização do valor de troca, pois “em $D - M - D$, o valor de troca se torna conteúdo e fim mesmo da circulação” (Marx, 2010, p. 24). Daí que Marx considere o dinheiro nesse circuito como sujeito do processo social mercantil, ou seja, como valor que põe valor adicional num processo tendente ao infinito e, por isso mesmo, não-dinheiro enquanto tal, mas capital. Como o capital é sujeito, o seu agente, dito capitalista, figura aí, então, como mero portador consciente de seu movimento.

O passo seguinte consiste em responder a pergunta sobre a origem da mais-valia, que o próprio autor considera explicitamente como a mais importante da Economia Política. Duas possibilidades, então, se apresentam: ou ela surge na troca ou está disponível antes dela. Argumenta, então, cerradamente que a troca não cria valor e que se um valor a mais aí aparece isto se deve a uma redistribuição entre as partes de um dado valor previamente gerado – algo que acontece devido seja ao movimento dos preços seja às práticas comerciais. Convém, por isso, que a resposta à questão só possa ser dada supondo uma troca de equivalentes.

Para desvendar o enigma, Marx passa então da circulação à produção de mercadorias. Do exame da mercadoria e do dinheiro, ele já concluíra nos dois capítulos anteriores que o valor era uma quantidade de trabalho objetivado. Agora, para chegar à explicação procurada, precisa encontrar o seu oposto, aquilo que ainda não é trabalho objetivado, mas apenas potência – o trabalho vivo:

“Um é trabalho existente no espaço, o outro é trabalho existente no tempo; um é passado, o outro, futuro; um é incorporado num valor de uso, o outro tem de se objetivar como atividade humana em processo e que só pode ser compreendida em processo; um é valor, o outro é criador de valor.” (Marx, 2010, p. 48)

Em resumo: ao tornar compreensível que o dinheiro, que é trabalho morto, pode comprar uma mercadoria cujo valor de uso consiste em aumentar o valor de troca, cujo consumo cria ou objetiva trabalho, faz aflorar a explicação buscada. Rigorosamente, porém, o dinheiro não compra trabalho, mas uma potência criadora que, em princípio, é autônoma em relação a ele. Eis que o dinheiro se torna capital justamente por poder adquirir a capacidade de trabalho viva – disposição inerente ao trabalhador que historicamente fora posto como “livre”, subordinando-a desse modo.

É interessante observar que, nesse texto, Marx não emprega o termo “força de trabalho” tal como o faz em *O capital*. É que, aqui, ele enfatiza a dimensão criativa do trabalho em si mesmo, em contraposição ao texto maduro em que sublinha a sua condição de potência subsumida ao capital. Por um lado, refere-se “a inquietude criadora que é o próprio trabalho” (Marx, 2010, p. 85). Por outro, alude ao fato de que

“(…) a capacidade de trabalho aparece como a pobreza absoluta, na medida em que o mundo inteiro da riqueza material (...) a ela se opõe como mercadoria estranha e dinheiro estranho” (Marx, 2010, p. 52). Ora, a substituição de um termo pelo outro foi feita – conjectura-se aqui – porque, talvez, ele tenha recusado um elemento utópico que estava contido ainda em seu texto preparatório. A exterioridade do trabalho vivo em relação ao capital está pressuposta, mas se encontra negada nas condições concretas da sociedade moderna.²

Havendo sido comprada, a mercadoria *sui generis* capacidade de trabalho tem de passar a funcionar sob o comando do capitalista; a sua ativação é um processo de consumo, o qual Marx denomina, em sua generalidade, de processo de trabalho. Enquanto tal, este é atividade segundo um fim que produz um valor de uso específico que atende uma necessidade humana específica. Assim como Marx distinguiu trabalho concreto e trabalho abstrato no capítulo da mercadoria, neste momento ele distingue processo de trabalho e processo de valorização – explicando ambos longamente em suas conexões recíprocas. Aqui interessa ressaltar, primeiro, o nexos entre trabalho concreto e valor de uso, pois este último resulta do primeiro. Para, em sequência, enfatizar a relação também intrínseca entre trabalho abstrato e valor de troca, mencionando que esta conexão se origina da própria relação de capital. “O trabalho [abstrato] não é uma abstração que apenas fazemos, mas sim uma abstração que o capital faz e que integra essencialmente sua caracterização” (Marx, 2010, p. 69). No capitalismo, é preciso lembrar, o trabalho abstrato se forma já na esfera da produção – e não na troca.

Mesmo sendo mercadoria, a capacidade de trabalho se distingue de todas as outras mercadorias porque se trata de um valor de uso cujo consumo produz valor. Ela é, segundo Marx, a fonte da substância criadora do valor de troca. Agora, como mercadoria, ela própria também possui também valor de troca já que é vendida e comprada no mercado. Posto isto, uma pergunta logo se alevanta: o que define o valor de troca da capacidade de trabalho? A resposta encontrada é também, como se sabe, chave na argumentação de Marx. O valor de troca da capacidade de trabalho, assim como o de toda outra mercadoria, é dado pela quantidade de trabalho necessária para reproduzi-la. Ora, como o trabalho gerado com base em determinada capacidade de trabalho é maior do que o custo de sua reprodução – apenas por isso foi contratada –, chega-se por uma via estritamente lógica à explicação da mais-valia como trabalho excedente, como trabalho não-pago.

A mais-valia absoluta

Como conclusão da argumentação precedente, tem-se o seguinte:

“O processo de produção real, que se desenvolve tão logo o dinheiro tenha se transformado em capital por meio de sua troca pela capacidade de trabalho viva e, o que é o mesmo, pelas condições de realização dessa capacidade – material de trabalho e meio de trabalho –, esse processo de produção é unidade do processo de trabalho e processo de valorização. Exatamente da mesma forma que seu resultado, a mercadoria, é unidade de valor de uso e valor de troca” (Marx, 2010, p. 106).

² Dussel sustenta, entretanto, que essa exterioridade é um pressuposto ético (e objetivo) da obra marxiana como um todo (Dussel, 2001, p. 3-18). Se a crítica do capitalismo depende da afirmação implícita do caráter livre e criativo do trabalho, então, o projeto do socialismo, o qual precisa ser renovado no século XXI, tem necessariamente de respeitá-lo – o que, aliás, não teria acontecido nas experiências do século XX.

O processo de produção capitalista, inicialmente, encontra o processo de trabalho tal como este se desenvolvera historicamente com base em relações de produção não capitalistas. Eis que, como indica, ele é condição necessária da existência humana em geral – modo de apropriação da natureza. Mas o processo de trabalho não é um invariante histórico já que muda e adquire características específicas conforme mudam as relações sociais no curso da história. O processo de trabalho artesanal tal como existe no final da Idade Média, por exemplo, está moldado pelas relações de trabalho particulares e independentes entre o mestre e seus aprendizes no espaço restrito da oficina. No início, portanto, o processo de produção capitalista só pode subsumir formalmente o modo de produção pré-existente, sem modificar as suas características tecnológicas. Como o trabalho e o próprio trabalhador aparecem, agora, sob o controle do capital e do capitalista em função, Marx o apreende mediante a categoria de subsunção formal.

A subsunção do trabalho ocorre para que o fim intrínseco do capital, qual seja, a valorização do valor, realize-se. As formas da mais-valia precisam, pois, ser investigadas. Frente aos resultados alcançados até agora, duas tarefas se impunham nesse momento: primeiro, esclarecer qualitativamente o surgimento da mais-valia para, depois, explicá-la quantitativamente. Como Marx as realiza?

A primeira dessas tarefas é cumprida chegando à categoria de sobretrabalho, indicativa da exploração. Ao final do processo de produção, segundo as suas próprias palavras, o tempo de trabalho objetivado no produto é maior que o tempo de trabalho contido no capital original, o qual fora investido em meios de produção e força de trabalho. O valor contido nos meios de produção passa integralmente, a menos de circunstâncias fortuitas, para o produto, de tal modo que o capital neles investidos permanece igual. Marx, por isso, chama-o de capital constante. Já o valor contido no salário escapa do caixa do capitalista quando ele passa para as mãos do trabalhador – de tal modo que o capital correspondente tem necessariamente de se alterar no curso da produção. Marx denomina-o, por isso, de capital variável. Porém, como se dá essa transação?

O trabalhador recebe o salário como pagamento de sua capacidade de trabalho e, ao consumir com ele valores de uso, dá cabo também do valor neles contidos. Para que não haja perda, ele tem de repô-lo por meio do tempo de trabalho que fornece ao capitalista durante processo de produção – unidade do processo de trabalho e do processo de valorização. A essa parcela, que repõe com trabalho vivo o trabalho morto recebido, Marx dá o nome de trabalho necessário. Ora, em circunstâncias normais, o tempo de trabalho necessário tem forçosamente de ser menor do que o tempo de trabalho posto no produto. Assim fica patente aquilo que as contas do capitalista não registram: “o que aparece do lado do capital como mais-valor, aparece do lado do trabalhador como mais-trabalho (sobretrabalho)” (Marx, 2010, p. 189). A contabilidade registra o custo e o lucro, mas não pode explicar por si mesma a lógica da transação como um todo.

Posto isto, ainda é preciso explicar a mais-valia quantitativamente.

O capital investido em salários é variável; em geral, aumenta durante o processo de produção. A mais-valia que o incrementa surge do mais-trabalho, o que põe então a questão de sua medida – e a das suas contradições existenciais. Até que ponto, então, o valor pode ser valorizado se o capital submete o trabalho a si mesmo apenas de modo formal? Dada uma jornada de trabalho, o quantum desse aumento depende da grandeza do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário. E, dado um tempo de trabalho necessário – o qual depende do grau de desenvolvimento da produtividade do trabalho

na produção das mercadorias vendidas aos assalariados – o seu quantum aumenta com o aumento da jornada de trabalho. Mediante a subsunção formal, portanto, a mais-valia pode ser aumentada principalmente por meio do aumento da jornada de trabalho. Devido a essa característica, Marx a chama de mais-valia absoluta.

Ora, a mais-valia absoluta como forma de exploração tem limitações. Ademais, ela não figura como característica específica do capitalismo, pois existe em todos os modos de produção baseados em classes. O capital tem um impulso ilimitado para fazer crescer a mais-valia, ou seja, para “matar” o trabalhador de tanto trabalhar. Enfrenta, porém, restrições para intensificar a exploração: o dia tem vinte e quatro horas e o homem não pode funcionar o dia inteiro como trabalhador; eis que ele tem de comer, descansar, dormir; ademais, a força de trabalho tem de ser conservada hoje para que volte a trabalhar no dia seguinte. O quanto ele pode abocanhar é também limitado pela massa de trabalhadores disponível e pelo montante que é capaz de contratar e subordinar. Se o capitalismo tivesse que se contentar em explorar por meio exclusivo da mais-valia absoluta, ele seria mais um modo de produção medíocre historicamente.

A mais-valia relativa

Portanto, dado o tempo de trabalho necessário, pode aumentar o capital variável por meio do prolongamento da jornada de trabalho. Mas ele também pode ser acrescido reduzindo o tempo de trabalho necessário com o aumento, concomitante, do tempo de sobretrabalho. Pois é possível modificar “a proporção em que a jornada de trabalho é dividida entre trabalho para a substituição do salário e trabalho para a criação de mais-valor” (Marx, 2010, p. 266).

O salário pode ser comprimido extraordinariamente sem qualquer violação das regras de mercado. É o que ocorre quando o capitalista pode pagar ao trabalhador um montante menor do que o custo de reprodução da força de trabalho. Mas, mesmo quando prevalece a troca de equivalente entre o capital e a força de trabalho, isto pode ocorrer. Como? É de fato o que constantemente ocorre quando, mediante o aumento da produtividade do trabalho, caem os valores de troca das mercadorias que compõem a cesta de consumo da classe trabalhadora. Pois, desse modo cai o custo de reprodução da capacidade de trabalho. Dado uma jornada de trabalho, diminui o trabalho necessário e aumenta o tempo de sobretrabalho. A essa forma de mais-valia, da qual o modo de produção capitalista se vale como característica especificamente sua, Marx denomina de mais-valia relativa.

Pressuposta a produção capitalista, Marx pergunta então que formas de elevação da mais-valia relativa são distinguíveis conceitualmente. No *Manuscrito de 1861-1863*, examinando cuidadosamente o material histórico disponível, ele menciona três delas: a cooperação, a divisão do trabalho e a maquinaria. Essas formas serão também, igualmente, distinguidas em *O Capital*, sendo que as duas últimas aparecerão, respectivamente, sob os rótulos de manufatura e grande indústria. Em todas as três se trata do aumento da eficiência e da eficácia do trabalho no interior da unidade de produção capitalista, sem a mediação da troca.

Nas duas obras, a cooperação é encarada como forma geral de aumento da produtividade do trabalho social e, ao mesmo tempo, como forma particular que existe como tal independentemente das outras. Nesse segundo caso, “a cooperação é seu modo mais primitivo, mais rudimentar, mais abstrato”; em sua simplicidade, porém, ela permanece “a base e pressuposto de todas as suas formas mais desenvolvidas” (Marx, 2010, p. 287).

A cooperação é definida como ação combinada de muitos trabalhadores, convenientemente reunidos num mesmo espaço de trabalho, para a produção de determinado resultado. Como força natural do trabalho social, ela é encontrada em todos os modos de produção. Pois, trata-se de uma maneira espontânea de aumentar a eficiência e a eficácia do trabalho que não apenas soma, mas frequentemente multiplica as forças de trabalho individuais. A cooperação simples não somente aumenta a produtividade do trabalho, mas amplia a sua esfera de ação. Valendo-se dela, por exemplo, homens escravizados, com tecnologia primitiva, construíram formidáveis pirâmides. Nesse sentido, vem a ser um poder sobre a natureza herdado pelo modo de produção capitalista. Este se vale da cooperação simples porque é capaz de reunir, mediante o poder concentrado do dinheiro, com base no comando unificado do mesmo capital, muitos meios de trabalho e trabalhadores num corpo social unificado, que funciona organizadamente. Nesse caso, porém, “a cooperação, essa força produtiva do trabalho social, apresenta-se como uma força produtiva do capital, não do trabalho” (Marx, 2010, p. 27).

No *Manuscrito de 1861-1863*, mesmo a simples cooperação aparece como algo que permite ao capitalismo ir além da mera subsunção formal do trabalho. Ao submeter o modo próprio de operar dos trabalhadores às suas exigências, ela já o modifica; transforma, assim, o modo de produção previamente existente. É um primeiro estágio, mas nele já se revela a característica específica do modo de produção capitalista, que é o comando do capital sobre o trabalho. A cooperação se impõe aos trabalhadores como uma força estranha que se afigura como necessária. Pois, agora, “o trabalho se dá sob condições nas quais o trabalho independente do indivíduo não pode se realizar” (Marx, 2010, p. 294).

Os temas da manufatura e da grande indústria são investigados no *Manuscrito de 1861-1863*, mas a exposição dos conteúdos se mostra ainda algo fragmentária. É evidente que Marx ainda está trabalhando criticamente os textos dos economistas políticos como Smith, Stewart, etc., os quais ele lê cuidadosamente.

O modo de organização do trabalho é analisado com muita perspicácia visando descobrir o que é específico do capitalismo. Pois, nesse modo de produção desenvolve-se uma forma de cooperação baseada na divisão e subdivisão das tarefas necessárias para produzir uma determinada mercadoria. E ela se distingue da mera diferenciação e multiplicação das atividades sociais produtivas que acontece já antes do capitalismo. Se a divisão social do trabalho é um pressuposto histórico da economia mercantil generalizada, esta é um pressuposto do moderno parcelamento do trabalho que se verifica na manufatura e aí se torna um padrão genérico de organização social da atividade produtiva.

Por meio da manufatura, o modo de produção capitalista se apropria do trabalho e o modifica ao seu talante. Não se trata mais, meramente, de subsunção formal do trabalho ao capital. Ademais, não vem a ser mais um sistema de cooperação simples. Agora, a capacidade de trabalho está submetida ao órgão coletivo de trabalho, transformou-se em “mera função de uma parte do mecanismo completo”. “Portanto, agora, ele não é mais subsumido sob a produção capitalista apenas pela falta dos meios de trabalho, mais por meio de sua própria capacidade de trabalho” (Marx, 2010, p. 317).

Apesar dessa característica, Marx indica já que, na manufatura, a virtuosidade dos trabalhadores ainda tem um papel chave na produção, o que será subvertido na fábrica, cuja lógica de funcionamento é dada pelas máquinas e pela ciência aplicada à produção. Mediante o parcelamento das atividades produtivas, a divisão do trabalho manufatureira produz a simplificação dos instrumentos que servem como meios de trabalho. E isto é uma precondição para o desenvolvimento do que Marx vai chamar de

grande indústria, ou seja, o modo de organização do trabalho especificamente capitalista. Pois, “o seu princípio fundamental é a substituição do trabalho qualificado pelo trabalho simples” (Marx, 2010, p. 370). O que não visa somente reduzir os custos da produção para aumentar o lucro, mas procura também quebrar a oposição do trabalhador virtuoso ao domínio do capital. Marx já considera aqui o que denominará de subsunção real do trabalho ao capital.

Depois de tratar da mais-valia relativa, Marx interrompe o curso da exposição para se dedicar ao exame crítico dos escritos de economia política que trataram do que então era conhecido como excedente. Aquilo que ele produziu a partir desse ponto e que faz parte do *Manuscrito de 1861-1863* foi considerado como algo que tinha unidade própria e que se destacava da linha principal da exposição. Por isso, foi publicado sob o nome de *Teorias da mais-valia*, sob a suposição de que Marx pretendia publicar esse material na forma do livro quarto de *O Capital*. Ele não é, porém, um texto de história do pensamento econômico. Na verdade, Marx faz aí o confronto sistemático de suas teses sobre a mais-valia com as análises pertinentes, encontradas na economia política burguesa.

Ao ler esses manuscritos aprende-se sobre o método de Marx: vê-se que ele não quis construir uma teoria que se chocasse com as teorias existentes, mas sim que pretendeu reconstruir dialeticamente, com grande coerência e espírito crítico, do ponto de vista da classe trabalhadora, o material categorial e empírico produzido pela economia política clássica, o qual continha elementos de verdade entremeados de falsidades e confusões.

Referências bibliográficas

Dussel, Enrique – Hacia un Marx desconocido. Un comentario de los manuscritos del 61-63. México: Siglo XXI, 1988.

_____ – *Towards an unknown Marx – A commentary on the Manuscripts of 1861-63*. Londres e New York: Routledge, 2001.

Marx, Karl – *Grundrisse – Manuscritos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____ – *Para a crítica da economia política – Manuscritos de 1861-1863 – Cadernos de I a IV. Terceiro capítulo – O capital em geral*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____ – *Teorias da mais-valia – História Crítica do Pensamento Econômico*. Volume I: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Volume II: São Paulo: Difel, 1983. Volume III: São Paulo: Difel, 1985.

_____ – *O capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (em cinco tomos).

_____ – *O capital – Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 (em três tomos).

_____ – *O capital – Livro I – Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____ – *Para a crítica da Economia Política (1859)*. In: *Marx – Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 127-257.